



# DIÁRIO OFICIAL DE MARAGOGI

Prefeitura Municipal de Maragogi-AL  
Diário criado pela Lei Municipal 9.118/2016  
www.maragogi.al.gov.br



Maragogi, 27/06/2024

Edição nº 041/Ano 2024

Página 1

## ÍNDICE

|   |   |
|---|---|
| <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI</b> .....                                   | 2 |
| <b>GABINETE DO PREFEITO</b> .....   | 2 |
| CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2024. PROCESSO Nº 1.519/2024 .....         | 2 |
| <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS</b> ..... | 3 |
| PORTARIA Nº237 /2024 (DE 26 DE JUNHO DE 2024) .....                             | 3 |
| <b>SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER</b> .....                                     | 4 |
| ERRATA EDITAL Nº 007/2024 .....   | 4 |
| PORTARIA Nº 236/2024 (DE 26 DE JUNHO DE 2024) .....                             | 5 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAGOGI**

**GABINETE DO PREFEITO**

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2024. PROCESSO Nº 1.519/2024**

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL E CORAÇÃO VALENTE

O MUNICÍPIO DE MARAGOGI, inscrito no CNPJ sob o n.º 12.248.522/0001-96, com sede na Praça Guedes de Miranda, n° 30, Centro, Maragogi/AL, CEP: 57.955-000, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. FERNANDO SÉRGIO LIRA NETO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 190.583.144-72, residente e domiciliado em Maragogi/AL, e a ASSOCIAÇÃO DA TERCEIRA IDADE CORAÇÃO VALENTE, pessoa jurídica de direito privado regida pelo próprio estatuto, inscrita no CNPJ sob o nº 19614087/0001-15, com sede rua José Machado Filho, nº 06, Centro, Maragogi/AL neste ato representado por sua Vice - Presidente Sra. RAQUEL DE LIMA MATIAS SANTOS, inscrito no CPF nº 029.606.494-78, residente e domiciliado em Maragogi/AL resolvem celebrar o presente Convênio de Parceria de Mútua Colaboração, em conformidade com lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nos autos do processo administrativo de nº 1.519/2024, que reger-se-á de acordo com as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. Este convênio tem por finalidade a cooperação e a ação conjunta das partes relativamente à cessão do quadro de servidores do Município Conveniente, da administração direta ou indireta, ou do quadro de empregados ou voluntários da Associação Conveniente, especializado e de apoio técnico administrativo, objetivando dotar os órgãos e entidades convenientes de melhores condições para o exercício das suas competências, funções e atribuições institucionais.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA CESSÃO DE PESSOAL E CONDIÇÕES**

2.1. A cessão dos servidores, será custeada pelo conveniente cessionário sempre formalizada a prazo certo, pelo período de 1 (um) anos, prorrogáveis e sucessivas se ambas as partes concordarem por meio de termo aditivo, com informação, pelo órgão solicitante acerca das atividades e atribuições que serão desempenhadas pelo servidor a ser posto à disposição, bem como do local onde terá exercício.

2.2. As cessões serão formalizadas por meio de portaria, devendo os convenientes requisitar a cessão ou a devolução do servidor por meio de ofício ao Gabinete do Prefeito, bem como ao Presidente da Associação.

2.3. É facultado a qualquer das partes recusarem a requisição de pessoal, com as devidas justificativas, ou, solicitar o retorno do servidor ao órgão/entidade cedente, neste caso, mediante comunicação escrita e fundamentada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

2.4. É vedada, em qualquer hipótese, a transferência do servidor cedido para outro órgão distinto daquele para o qual foi autorizada a cessão.

2.5. Os servidores cedidos permanecerão sujeitos ao mesmo regime jurídico inerente ao seu cargo.

2.6. O conveniente cessionário obriga-se a remeter, até o quinto dia útil de cada mês, as folhas ou registros de frequência do servidor cedido, para fim de anotação e liberação do pagamento dos vencimentos devidos.

2.7. Não sendo comunicada a frequência do servidor no prazo ora estabelecido, o órgão cedente sustará o pagamento dos vencimentos relativos ao mês correspondente, o qual somente será liberado após a regularização da situação, mediante comprovação do efetivo comparecimento ao serviço.

2.8. A violação, pelo servidor cedido, das normas legais ou regulamentos acarretará o seu imediato retorno ao órgão de origem, para responder ao devido processo disciplinar.

2.9. As partes convenientes poderão requerer, por meio de ofício, o retorno ao órgão de origem do servidor cedido e a sua exclusão do convênio, nesse caso, a inclusão/exclusão de servidor, que será formalizada por meio de ofício, do qual constará a relação dos servidores cedidos entre os convenientes, devidamente atualizada.

2.10. A cessão de pessoal poderá ser cancelada, a qualquer tempo, especialmente se não for comunicada, mensalmente, a frequência do servidor cedido.

2.11. O período de afastamento do servidor será considerado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção e progressão funcional.

2.12. As cessões serão formalizadas mediante ato próprio (ato, portaria etc.) de competência dos signatários do presente Convênio.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RECIPROCIDADE DOS CUSTOS**



3.1. As partes buscarão garantir, durante o prazo de vigência do presente convênio, a cessão de servidores, bem assim a execução de programas de intercâmbio técnico e cooperação administrativa.

3.2. O presente convênio não contempla repasse de outros recursos financeiros, a qualquer título, de uma para a outra parte.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

4.1 O presente convênio, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação das partes convenientes.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O presente convênio vigorará por 01 (um) ano, cuja eficácia depende da publicação resumida do extrato de convênio, podendo ser prorrogado a critério das partes, mediante celebração de termo aditivo, com a pertinente atualização das informações funcionais do pessoal cedido.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

6.1 A celebração deste convênio fundamenta-se no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, aplicando-se, no que couberem, as disposições da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA

7.1 O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, respeitados os compromissos assumidos.

7.2 Poderá ocorrer, ainda, a rescisão deste convênio, no caso de superveniência de lei ou outro ato equivalente que o torne material ou formalmente impossível, por razões de relevante e excepcional, interesse público, ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, respeitado o prazo fixado nesta cláusula.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 As partes signatárias encarregar-se-ão da publicação de extrato deste Convênio no órgão de publicações oficiais, tão logo assinado pelos partícipes, nos termos da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2 Este termo, firmado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, será arquivado na Associação da Terceira Idade Coração Valente e no Município de Maragogi.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 Fica eleito o foro da Comarca de Maragogi, no Estado de Alagoas, com renúncia expressa a outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da interpretação e execução deste Convênio. E, por estarem justos e de pleno acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes convenientes, na presença das testemunhas abaixo indicadas, para produzir os efeitos legais daí decorrentes.

Maragogi/AL, 02 de maio de 2024.

FERNANDO SÉRGIO LIRA NETO

Prefeito do Município Maragogi/AL

RAQUEL DE LIMA MATIAS SANTOS

Vice-Presidente da Coração Valente

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima  
Código identificador: f72f8d71-49c4-44b0-ad3d-069d5ec2acdd

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**PORTARIA Nº237 /2024 (DE 26 DE JUNHO DE 2024)**



**DISPÕES SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI**, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43 e com base na Lei nº 188/95, de 31 de maio de 1995, artigo 217 e Lei 610/2017, de 19 de julho de 2017, artigo 4º, inciso II, conforme a Lei nº 8.213/91, de 24 de julho de 1991, Artigos 39,71 e 106 da Constituição Federal.

**RESOLVE**

**Art.1º FICA** concedida a **LICENÇA MATERNIDADE**, no período de aquisição iniciou em 25/05/2024 e finalizará em 22/09/2024. Sra. Marquiria Maria Nascimento da Silva, inscrita no Cadastro de Pessoa Física - CPF 114.404.684-00 funcionária da Secretaria Municipal de educação Cargo Contratada, Ajudante de sala, Matrícula: 10967

**Art.2º** A Licença **MATERNIDADE** de 120 (cento e vinte) dias, a servidora fará jus da remuneração integral.

**Art.4º** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com data retroativa a 25 de maio de 2024 revogadas as disposições em contrário.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARAGOGI**, Estado de Alagoas, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2024.

Fernando Sérgio Lira Neto

**Prefeito Municipal do Município  
de Maragogi, Estado de Alagoas**

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima  
Código identificador: fb0aa225-f7ef-4fec-b62a-846ad9aa92e6

**SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER**

**ERRATA EDITAL Nº 007/2024**

**ERRATA:**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO FÓRUM DE ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER (CMDM)**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, Estado de Alagoas, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, Lei nº 099/90, de 05 de abril de 1990, artigo 43, inciso II e pela Constituição Federal, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) de Maragogi - AL, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal/1988, na Lei Municipal nº 814, de 04 de janeiro de 2024,

**RESOLVE**

Art.1º TORNA SEM EFEITO REDAÇÃO DO CRONOGRAMA DO EDITAL publicado em 28/05/2024 Edição nº 025-A/Ano 2024, edição extra tornando publica as seguintes retificações do Edital supracitado, cuja alterações estão a seguir elencadas:

**CRONOGRAMA**

Lançamento do Edital 03/06

Entrega dos Documentos para a inscrição dos candidatos representantes das entidades 04/06 a 10/06

Entrega dos Documentos para Credenciamento dos Delegados 04/06 a 10/06

Homologação das Inscrições dos candidatos 14/06

Homologação do Credenciamento dos delegados 14/06



Divulgação da Listagem dos Candidatos Aptos 17/06

Período de Recurso - Inscrições dos candidatos e Credenciamento dos delegados 18/06 a 21/06

Divulgação Final da Listagem dos Candidatos 01/07

Fórum das Eleições 03/07

Divulgação do Resultado da Eleição 03/07

Posse dos Conselheiros 10/07/2024

Os demais itens de citado Edital permanecem inalterados.

Publica-se o Edital de Retificação.

Atenciosamente,

Maragogi, 26 de junho de 2024.

**Rosângela Ana de Jesus Lima**

**(Diretora de Apoio Administrativo da Secretaria Municipal da Mulher e Direitos Humanos)**

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima  
Código identificador: 3df65ca5-63a0-4d59-8d85-b76bab537ac3

## **PORTARIA Nº 236/2024 (DE 26 DE JUNHO DE 2024)**

### **Errata**

#### **DE REGULACÃO:**

#### **NOMEACÃO A COMISSÃO ORGANIZADORA DAS ELEIÇÕES 2024 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI/AL,**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI**, Estado de Alagoas, O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARAGOGI, ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 814, de 04 de janeiro de 2024 Art.

RESOLVE

**Art.1º** TORNA SEM EFEITO, a redação da PORTARIA nº 224/2024(de 12 de junho de 2024) e passa a vigor com a seguinte redação:

**Art.2º** Nomear a Comissão Organizadora das Eleições 2024 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher do Município de Maragogi/AL, com a seguinte composição:

Rosângela Ana de Jesus Lima (Presidente)

CPF 065.810.454-38

Shyrlley Nayara Martins da Silva Sapucaia ( Secretária Executiva)

CPF 074.593.614-88

Nicelia Faustina da Silva (Suplente)

CPF 057.914.264-70

**Art.3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 29 de maio de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Dê Ciência; Publique-se; Registre-se; e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICÍPIO DE MARAGOGI**, Estado de Alagoas, aos 26 (vinte) dias do mês de junho de 2024

Fernando Sérgio Lira Neto

**Prefeito Municipal do Município**

**de Maragogi, Estado de Alagoas**

Publicado por: Marcelo Juliano Coelho de Lima  
Código identificador: 88445230-8591-47e7-99b0-89102a91309e



# EXPEDIENTE

**PREFEITURA DE MARAGOGI**  
Secretaria Municipal de Relações Institucionais  
Diário Oficial Eletrônico do Município de Maragogi - Lei nº 9.118/2016  
www.maragogi.al.gov.br

**Fernando Sérgio Lira Neto**  
Prefeito de Maragogi

**Jéssica Yasmim Fidelis Fernandes de Lima**  
Secretária Municipal de Relações Institucionais

**Djalma Juvêncio Lucas Neto**  
Editor do Diário Oficial Eletrônico

Rua José Machado Filho - Bairro Litorâneo  
CEP: 57955-000 - Maragogi/AL